

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.215 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2000

Comissão de Orçamento aprova fontes para financiar mínimo de R\$ 180

Senadores e deputados decidem que o dinheiro virá das verbas destinadas às emendas dos parlamentares, do corte no custeio da máquina administrativa e de três projetos que possibilitarão combater a sonegação e elevar a arrecadação



Comissão de Assuntos Econômicos decidiu permitir antecipação de royalties também para abatimento de dívidas com a União

CAE ACOLHE NOVAS NORMAS PARA ANTECIPAÇÃO DE "ROYALTIES" A ESTADOS

PÁGINA 7

CAS analisa critérios de inclusão de municípios no Projeto Alvorada

Comissão ouviu a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, José Carlos Libânio.

PÁGINA 9

Vanda Engel: mais 387 municípios incluídos no Projeto Alvorada



Comissão de Educação poderá realizar audiências públicas sobre o plano

Senadores propõem debate do Plano Nacional de Educação

PÁGINA 9

Cinema brasileiro pode ter subcomissão permanente

Relatório de Francelino Pereira propõe também mudanças no fomento à indústria cinematográfica nacional.

PÁGINA 9

A Comissão Mista de Orçamento definiu ontem à noite as fontes de recursos que permitirão à Previdência Social bancar o aumento do salário mínimo para R\$ 180. A decisão, que acompanha as bases do acordo firmado entre o governo e líderes do Congresso, garante à Previdência uma dotação adicional de R\$ 3,1 bilhões.

PÁGINA 5

Criação da Central de Risco de Crédito vai à Câmara

PÁGINA 3

Plenário vota programa para foz do rio São Francisco

PÁGINA 3

Suspensão de dívidas de Alagoas e Pernambuco será apreciada hoje

PÁGINA 7

CCJ examina regras sobre a investigação de paternidade

PÁGINA 4

CAS estuda seguro-desemprego para trabalhadores sazonais

PÁGINA 4

Congresso promove às 12h missa de confraternização

PÁGINA 2

Congresso realiza hoje missa de confraternização

Como parte das festividades de encerramento do ano, parlamentares e funcionários reúnem-se hoje, ao meio-dia, no Salão Negro do Congresso Nacional, em missa de confraternização. A cerimônia, a ser celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, terá como tema os 2 mil anos do nascimento de Jesus Cristo. Esta-

rão presentes os presidentes do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

A missa contará com a participação do Coral do Senado, que apresentará clássicos como *Gloria*, de Vivaldi, *Halleluyah*, de Händel, e *Laudate Dominum*, de Mozart.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2000

1 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 683, de 1999-Complementar (CPI do Sistema Financeiro). Regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito e dá outras providências. Parecer nº 1.120/2000-CDir, relator: senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido. Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. À Câmara dos Deputados

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 1999 (nº 158/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. Parecer nº 441/2000-CE, relator: senador Lúcio Alcântara, favorável, com abstenção dos senadores Geraldo Cândido e Jefferson Péres. Aprovado. À promulgação

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2000 (nº 328/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana, estado do Maranhão. Parecer nº 1.029/2000-CE, relator: senador Edison Lobão, favorável, com voto contrário do senador Lauro Campos. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2000 (nº 22/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais. Parecer nº 1.158/2000-CE, relator: senador Francelino Pereira, favorável. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2000 (nº 480/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural - FM (Avada FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Araguaia, estado de Goiás. Parecer nº 1.159/2000-CE, relator: senador Lúcio Alcântara, favorável. Aprovado. À promulgação

6 Requerimento nº 567, de 2000 (Senador Jefferson Péres e outros srs. senadores). Requerem, nos termos dos arts. 50 da Constituição federal e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o sr. ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Lido e aprovado requerimento do senador Jefferson Péres, solicitando a retirada do Requerimento nº 567, de 2000. Ao arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa



Antonio Carlos discutiu com o ministro Felipe Pérez Roque o incremento das relações entre Brasil e Cuba

ACM recebe ministro de Relações Exteriores de Cuba

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o ministro de Relações Exteriores de Cuba, Felipe Pérez Roque, que está em visita oficial ao Brasil com o

objetivo de estreitar as relações entre os dois países. No encontro, o senador e o chanceler trocaram impressões a respeito da retomada do crescimento econômico cubano,

com destaque para a indústria turística daquele país. Antonio Carlos e Roque também manifestaram confiança no incremento das relações entre Brasil e Cuba.



QUARTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2000

AGENDA

Presidente Antonio Carlos Magalhães
12h - Participa da Missa de confraternização de Natal e de encerramento do ano. Salão Negro do Congresso Nacional
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 38/2000, regulamento o parágrafo 2º do artigo 236 da Constituição federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro; votação nominal do PLS nº 42/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico.

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86; PLS nº 225/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PLS nº 101/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários médicos e seu acesso por pacientes. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição de Edson Galdino Vilela de Souza, Edilson Galdino Vilela de Souza e do presidente da Senasa, Elcio Anibal de Lucca, acerca das denúncias sobre abusos na inscrição de pessoas físicas e jurídicas por parte da instituição. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 - Código Civil, referentes à investigação de paternidade; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; PDL nº 34/93, aprova o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; PLC nº 10/2000, que dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos; PEC nº 10/2000, altera o alínea "d" do inciso VI do artigo 150 da Constituição federal (das Limitações do Poder de Tributar); PLS nº 186/2000, que disciplina os consórcios públicos entre estados e entre municípios; e PLS nº 242/2000, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3
17h - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: depoimento do advogado do Banco do Brasil, lotado na Assessoria Jurídica Regional do estado do Pará, Pedro José Coelho Pinto; e dos ex-advogados da mesma instituição, Lucimerval Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto, sobre a Denúncia nº 1/2000 (contra o senador Luiz Otávio). Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6
Após a Ordem do Dia - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e Mensagem nº 239/2000, que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 69,6 milhões, de principal, com a garantia do Brasil, entre o estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Educação do Estado da Bahia (projeto Bahia). Ala Senador Alexandre Costa - sala 19

ESPECIAL

12h - Missa de confraternização de Natal e de encerramento do ano, a ser celebrada por dom José Freire Falcão. Salão Negro do Congresso Nacional
18h30 - Lançamento da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBL. Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado Federal

Brasil 500



SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Central de Risco de Crédito é aprovada e vai à Câmara

Criação do sistema no Banco Central objetiva evitar problemas com empréstimos concedidos a clientes sem capacidade de pagamento

O Senado aprovou ontem em turno suplementar e envia agora à Câmara o projeto que cria no Banco Central um sistema de risco de crédito com informações sobre quem toma empréstimos no mercado financeiro. O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) ofereceu a redação final do projeto, de iniciativa da CPI dos Bancos.

De acordo com a proposta, a Central de Risco de Crédito será alimentada com informações fornecidas pelas instituições financeiras e pela Secretaria da Receita Federal, e não constituirá quebra de sigilo bancário o fornecimento de dados à central nem o fornecimento de dados, pela central, às instituições que trabalham com empréstimos.

Na semana passada, o texto foi aprovado por 67 votos favoráveis e nenhum contrário. Em sua defesa, o relator, senador Bello Parga (PFL-



Plenário confirmou, em turno suplementar, a aprovação do projeto da Central de Risco

MA), afirmou que, para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e para a redução do risco na concessão de empréstimos, é fundamental a criação de um sistema de informações sobre as operações realizadas. Ele disse que o projeto segue o exemplo das economias desenvolvidas, visto ser necessário dotar a autoridade monetária de instrumentos de controle da atividade bancária.

Bello Parga observou que, para os bancos que concedem emprésti-

mos, as consultas à Central de Risco permitirão conhecer o volume das demais operações realizadas pelo interessado em obter crédito, reduzindo, assim, riscos e custos financeiros para as partes. O objetivo final do projeto é evitar os riscos resultantes de empréstimos concedidos a clientes sem capacidade comprovada de pagamento, como aconteceu com a empreiteira Encol, que teve excessivo aporte de recursos quando já estava em situação pré-falimentar.

Jefferson retira pedido de convocação de Cardoso

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) retirou ontem seu requerimento de convocação ao plenário do general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Ele disse que insistir nesse requerimento, depois das explicações dadas pelo general à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), seria mero desejo de aparecer no noticiário ou de causar constrangimentos ao governo.



Jefferson considera esclarecimento "sereno e firme"

Jefferson explicou que seu requerimento decorreu de notícias segundo as quais agentes da Agência Brasileira de Inteligência estariam realizando operações alheias às suas atribuições institucionais. Ele disse que todos os senadores com quem conversou consideraram graves aquelas informações.

O senador também demonstrou seu receio de que a Abin se transformasse, como serviços de inteligência de outros países, num órgão

de bisbilhote, capaz de escapar ao controle dos seus dirigentes. Mas depois do depoimento de Alberto Cardoso à CCAI e depois que, a pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o general enviou expediente desmentindo os ilícitos atribuídos aos agentes da Abin, Jefferson considerou desnecessária uma nova convocação.

— Além do expediente, que me pareceu sereno e firme, conversei com a senadora Heloísa Helena, que me disse não ter também por que duvidar, até prova em contrário, do depoimento do general — disse o senador.

Centenário da fixação de fronteira será comemorado

Por iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do próximo dia 12 será destinado a comemorar o centenário do Laudo Arbitral do Presidente da Confederação Suíça, que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. Em decorrência desse parecer, o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200 mil quilômetros

quadrados, informou Sarney no requerimento submetido a votação e aprovado pelo Plenário.

Na mesma sessão, o Senado aprovou dois requerimentos de urgência. Um para o projeto que autoriza brasileiros e estrangeiros a explorar bens submersos ou afundados no mar territorial. O sena-



Sarney propôs a celebração no próximo dia 12

dor Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou-se contrariamente à iniciativa. O outro requerimento é para que tenha prioridade a votação do projeto que altera a Resolução 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e municípios.

Outorgadas concessões para quatro emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos outorgando concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho, de Porto Ferreira (SP); MR Radiodifusão, de Viana (MA); Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases, de Cataguases (MG); e Associação Vale do Araguaia de De-

senvolvimento Artístico/Cultural, de São Miguel do Araguaia (GO).

O PT absteve-se de votar, à exceção do decreto referente à Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) explicou que, nesse caso, a rádio efetivamente é uma emissora comunitária. Os quatro decretos vão agora à promulgação.

Plenário vota programa de desenvolvimento do Velho Chico

O Senado vota hoje projeto dos senadores Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Renan Calheiros (PMDB-AL) que autoriza o Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico e a instituir um Programa Especial de Desenvolvimento daquela área do rio São Francisco.

A região será integrada pelos municípios de Neópolis, Santana de São Francisco, Propriá, Cedro de São João, Telha, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, no estado de Sergipe; e as cidades de Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, São Brás e Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas.

Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto regulamenta os artigos da Constituição relativos à formulação de planos regionais de desenvolvimento.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto do Executivo que regulamenta a fixação, pelos estados e o Distrito Federal, das taxas e emolumentos dos cartórios de notas e registros de títulos. Aprovada na Câmara, a proposta visa a regulamentar o artigo 236 da Constituição. O projeto dá prazo de 90 dias para que as tabelas sejam revistas e se adaptem à nova lei.

De acordo com o projeto, o

valor a ser fixado deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada remuneração dos serviços prestados, sempre levando em consideração a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.

As normas valem para os cartórios de notas, registro civil, registro de imóveis e de títulos e documentos, entre eles os cartórios judiciais.

Também serão votados decretos legislativos que renovam a concessão para a exploração de serviço de radiodifusão das seguintes emissoras: Rádio Jornal do Povo, de Limeira (SP), e Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Gurupi (TO).



Maria do Carmo quer desenvolvimento da Foz do Velho Chico



Renan também assina projeto que interessa a Alagoas e Sergipe

Senado manifesta pesar por morte de deputado do Amapá

Por iniciativa do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o Plenário do Senado aprovou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do deputado estadual do PMDB do Amapá João Queiroga, ocorrido ontem no município de Laranjal do Jari (AP).

De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família do deputado e à Assembléia Legislativa do Amapá.

CAE apura denúncia de abuso no cadastro da Serasa

Preocupado com suposta fragilidade nos controles da empresa, senador Eduardo Siqueira Campos propôs, e a comissão realiza hoje, audiência pública destinada a esclarecer critérios na inscrição de inadimplentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje de manhã audiência pública para esclarecer denúncias de que a empresa Serasa – que cadastra devedores de bancos privados – estaria abusando na inscrição de pessoas físicas e jurídicas em listas de inadimplentes. O presidente da empresa, Elcio Anibal de Lucca, é um dos depoentes na comissão.

A denúncia foi tornada pública em reportagem exibida pela Rede Bandeirantes de Televisão e o requerimento para a audiência foi apresentado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Por duas vezes, o parlamentar alertou



Eduardo explicou que, depois das denúncias, recebeu mais de duas centenas de mensagens em seu gabinete

em plenário sobre a fragilidade de controle da Serasa. Segundo ele, após os pronunciamentos, foram enviados a seu gabinete mais de duas centenas de mensagens sobre o tema, denunciando inscrições irregulares.

Também atendendo a requeri-

mento apresentado pelo representante do Tocantins no Senado, estarão presentes à audiência pública os advogados paranaenses Edson Galdino Vilela de Souza e Edilson Galdino Vilela de Souza, que denunciaram a manipulação de cadastros pessoais envolven-

do a empresa. No requerimento, Eduardo Siqueira Campos lembrou que até os dados do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foram exibidos na reportagem da emissora de televisão, comprovando a fragilidade do sistema.

A CAE deverá ouvir, também, sobre o mesmo assunto, os diretores de Fiscalização e Normas e de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Tereza Grossi e Sérgio da Silva Alves. O requerimento para a vinda dos diretores do Banco Central foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Conselho de Ética ouve advogados do Banco do Brasil

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouve, hoje, os depoimentos dos advogados Pedro José Coelho Pinto, José Raimundo Farias Canto e Lucimalva Saraiva Barbosa, que trabalharam como advogados do Banco do Brasil no Pará. Eles irão depor sobre a denúncia contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), acusado de envolvimento no desvio de US\$ 13 milhões do BNDES, que teriam sido repassados pelo banco em 1992 para as empresas do grupo Rodomar – da qual o senador era gerente – e para o estaleiro Ebal. O dinheiro seria utilizado para a construção de 13 balsas, que jamais foram concluídas. Em sua defesa, Luiz Otávio disse ao conselho que os recursos não foram destinados às empresas da Rodomar, mas teriam sido apropriados pelo próprio BB, com o qual o grupo teria dívidas. De acordo com o delegado da Polícia Federal, Anderson Rui Fontel, que indiciou o senador por crime contra o sistema financeiro, vários funcionários do Banco do Brasil também teriam participado da fraude, simulando vistorias e laudos técnicos. O pedido para que o Conselho de Ética ouvisse os advogados do BB partiu dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), e foi acolhido pela relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL).

CCJ analisa projeto sobre investigação de paternidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa em caráter terminativo, hoje, a partir das 10h, parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto de lei do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera o Código Civil no que diz respeito à investigação de paternidade, ampliando seu alcance aos vencidos em ação anterior e admitindo a apresentação de prova científica (exame de DNA).

Segundo o relator, a proposta iguala a união estável à sociedade conjugal que decorre do casamento civil para efeito de paternidade presumida. Fogaça explicou ainda que para dúvidas em relação à paternidade, quando não declarada espontaneamente, a lei deve garantir a investigação.

A CCJ também examinará projeto de lei complementar que prevê a cassação do registro da candidatura ou do mandato de quem transgredir as normas relativas à arrecadação

e aplicação de recursos financeiros destinados às campanhas eleitorais. Este projeto é resultado de substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) à proposta original do senador Moreira Mendes (PFL-RO). Segundo o relator, a Lei Eleitoral não estabelece a sanção da perda de mandato e demais penas a quem tenha infringido as normas que regem a gestão dos recursos financeiros de campanhas eleitorais.

Por isso, o relator apresentou substitutivo que modifica a Lei das Inelegibilidades, de 1990, em seu artigo 19. A mudança prevê também que tais transgressões deverão ser apuradas pelos corregedores regionais eleitorais. A CCJ analisará ainda projeto de decreto legislativo, de iniciativa do Executivo e já aprovado pela Câmara dos Deputados, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes.



Fogaça: parecer favorável a projeto de lei do senador Bernardo Cabral

CAS vota seguro-desemprego para trabalhadores sazonais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje projeto de lei de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que estabelece a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, aos safristas e aos contratados por prazos curtos. O seguro seria pago em razão de demissão sem justa causa ou em função do término do período de contrato.

Para receber o benefício, o trabalhador teria que comprovar haver recebido salários de pessoa jurídica ou física relativos a pelo menos três contratos de trabalho de, no mínimo, três meses cada, nos 36 meses imediatamente anteriores à concessão do benefício. Teria ainda de comprovar recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao tempo trabalhado.

– Não é possível estender o benefício do seguro indiscriminadamente, mas esses trabalhadores vivem a insegurança dos empregos temporários e, por justiça, devem ser contemplados – afirma o autor do projeto, relatado favoravelmente pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Está na pauta da CAS substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que dá às cooperativas de produtores rurais destinadas à contratação de trabalhadores temporários o direito de recolher contribuição previdenciária nas mesmas bases do recolhimento a cargo de produtores rurais individuais. A medida visa diminuir custos de contratação para fi-



Projeto de Geraldo Althoff beneficia também os safristas e os contratados por curto prazo

nar o homem no campo.

A CAS também examinará projeto apresentado pela ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) tratando de mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para conceder aos trabalhadores celetistas o direito a cinco dias de licença remunerada em caso de morte de cônjuge ou parente próximo. A intenção da senadora foi aproximar a situação dos trabalhadores regidos pela CLT daquela vivida pelos servidores públicos, que têm direito a oito dias de licença.

Outros seis projetos deverão ser examinados pela CAS, entre os quais o de autoria do senador Lúcio Alcântara possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; e o de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) dispondo sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários médicos e seu acesso por pacientes.

Orçamento aprova fontes para mínimo de R\$ 180

Votação do adendo do relator-geral e do primeiro projeto contra sonegação de impostos causa a desobstrução da pauta da Comissão de Orçamento, que apreciou quase 80 pedidos de créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem à noite adendo ao relatório parcial sobre receitas prevendo de onde sairá o dinheiro destinado a financiar o aumento do salário mínimo para R\$ 180, em abril do próximo ano. São R\$ 3,1 bilhões destinados à Previdência Social, oriundos das verbas destinadas às emendas do Congresso ao Orçamento (R\$ 1,6 bilhão), R\$ 300 milhões de corte no custeio da máquina pública e R\$ 1,2 bilhão de arrecadação a ser propiciada por três projetos de combate aos sonegadores.

O adendo foi apresentado pelo relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), poucos minutos depois que o Plenário da Câmara aprovou projeto que permite à Receita Federal usar dados de recolhimento da CPMF para iniciar processos administrativos contra empresas e pessoas suspeitas de sonegação fiscal. A aprovação dos três projetos faz parte de um acordo firmado há uma semana entre o Palácio do Planalto, o relator-geral do Orçamento e o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). Os depu-

tados devem votar hoje os outros dois projetos.

O adendo de Amir Lando prevê que os três projetos renderão no próximo ano uma arrecadação adicional de R\$ 7,9 bilhões, dos quais R\$ 1,9 bilhão deve ser repassado constitucionalmente aos estados e municípios. O Tesouro Nacional, conforme o adendo, ficará com os outros R\$ 6 bilhões. Pela proposta do relator-geral, este dinheiro será usado da seguinte forma: R\$ 1,2 bilhão para o salário mínimo, R\$ 800 milhões para emendas individuais dos deputados e senadores e R\$ 4 bilhões para projetos escolhidos pelo relator-geral e pelos dez sub-relatores do projeto orçamentário.

A aprovação do primeiro projeto anti-sonegação e do adendo do relator-geral garantindo dinheiro para o reajuste do salário mínimo levou o PT a desobstruir a pauta de votações da Comissão Mista de Orçamento. Assim, teve início na própria noite de ontem a votação de quase 80 pedidos de créditos suplementares apresentados pelo Executivo, no valor de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

Receita poderá investigar contribuinte com base na CPMF

A Câmara dos Deputados aprovou no início da noite de ontem projeto que permite à Receita Federal usar dados de recolhimento da CPMF para iniciar processo administrativo contra empresas ou pessoas suspeitas de sonegação. O projeto agora será submetido à apreciação dos senadores. A aprovação faz parte de acordo firmado entre o Palácio do Planalto e o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, que viabilizará a elevação do salário mínimo para R\$ 180, em abril. Outros dois projetos do mesmo acordo devem ser votados hoje pelos deputados.

Depois de longos debates, quando PPB e PL obstruíram a votação, foi ainda aprovada emenda do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) determinando que a Receita Federal, ao investigar recolhimentos da CPMF, adotará "critérios homogêneos e automáticos" na seleção de empresas e pessoas suspeitas de sonegação.

Durante os debates, quando os principais partidos da base governista recomendaram o voto favorável ao projeto (exceto o PPB), vários deputados observaram que, pela primeira vez, a Receita Federal estará em condições de iniciar processos contra sonegadores. Atualmente, o "Leão" tem fortes indícios de sonegação, mas os fiscais são impedidos de abrir processos administrativos de investigação com base nos depósitos da CPMF. "São bilhões de reais movimentados no sistema financeiro por traficantes, caixa dois de empresas, corruptos, e que jamais serão alcançados se a lei não mudar", afirmou em plenário o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

A permissão para que os fiscais da Receita utilizem dados dos pagamentos da CPMF para identificar sonegadores foi uma das recomendações da CPI do Sistema Financeiro, que funcionou no Senado no ano passado.

Os senadores Romero Jucá (E) e Amir Lando participam da reunião da Comissão de Orçamento, presidida pelo deputado Alberto Goldman



Comissão mista analisa hoje MP que autoriza doação de bens do Dnocs

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória que autoriza a doação de bens do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) teve sua reunião adiada para hoje, às 14h. A MP altera a lei que criou o Dnocs em 1963, estabelecendo suas atribuições e sua forma de organização. Pela nova redação, o órgão fica autorizado a

doar a estados e a municípios os açudes do seu patrimônio que não sejam considerados relevantes.

Para que possam ser doados a estados, os açudes devem ser localizados em rios que não ultrapassem o domínio estadual. Um açude que sirva a mais de um município não poderá ser doado a apenas um deles. Além disso, não devem conter sistemas formais

de abastecimento de águas a cidades. Se aprovado o texto da medida provisória, a doação de cada açude deverá ser precedida de análise técnica e jurídica pela direção da autarquia. No caso de outros bens imóveis, que não açudes, as doações efetuadas pelo Dnocs dependerão de autorização legislativa específica.

Grupo vai sugerir mudanças para agilizar cobrança da dívida ativa

Em reunião realizada ontem à tarde, senadores e representantes da Justiça Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) decidiram criar grupo de trabalho para elaborar uma proposta de legislação que agilize a cobrança da dívida ativa da União. Até o final de março, o relator escolhido para coordenar os trabalhos, Manuel Álvares, juiz do Tribunal Regional Federal de São Paulo, deverá apresentar seu relatório.

Participaram do encontro o presidente da Comissão de As-

suntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (PSDB-CE). Em fevereiro, no final do recesso legislativo, haverá uma outra reunião para discutir o andamento dos trabalhos.

— O grupo de trabalho foi dividido em dois subgrupos: um vai cuidar da área de informática, da execução virtual, e o outro, da modificação legislativa necessária para que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Justiça Fe-

deral possam executar suas funções da melhor maneira possível — informou Suassuna.

O presidente da CAE, onde foi instalada subcomissão para analisar a cobrança da dívida ativa da União, também informou que os líderes dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado farão o possível para evitar cortes no Orçamento da União para a Justiça Federal. Após a reunião de ontem, Ney Suassuna foi, juntamente com os representantes do Judiciário, conversar sobre o assunto com o relator do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Dutra defende projeto que flexibiliza o sigilo bancário

Senador critica substitutivo elaborado pelo relator da proposta na Câmara e pede o restabelecimento do texto original, de Lúcio Alcântara

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu rapidez na votação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei, já aprovado pelo Senado, que flexibiliza o instituto do sigilo bancário para permitir à Receita Federal ter acesso a informações de contribuintes suspeitos de sonegação. A proposta, que, segundo o parlamentar, pode gerar de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões anuais com receitas de impostos, é parte do acordo entre governo e oposição para encontrar fontes de receitas que sustentem o aumento do salário mínimo.

— Além disso, com a aprovação do projeto, a Receita Federal poderá acabar com a verdadeira farra de sonegação fiscal que vem ocorrendo no país — afirmou o senador. Dutra disse que há casos de pessoas físicas e jurídicas que se declararam isentas junto ao Imposto de Renda quando, na realidade, têm movimentação bancária de até R\$ 100 milhões anuais.

O senador criticou o substitutivo ao projeto elaborado pelo relator da matéria na Câmara, deputado Nei Lopes (PFL-RN).



Dutra pediu rapidez da Câmara na votação do projeto que flexibiliza o sigilo bancário

O texto de Lopes modifica artigo do projeto aprovado no Senado que disciplina a periodicidade, os valores e os critérios, segundo os quais a Receita Federal poderá exigir das instituições financeiras as informações sobre operações dos contribuintes suspeitos de sonegação. Dutra considera o substitutivo um retrocesso.

O texto, de acordo com o senador, estabelece que a Receita deverá pedir a quebra do sigilo duas vezes. Primeiro, sem ter acesso à origem e ao destino dos recursos. Aí, se detectar irregularidades, terá que solicitar de novo ao Judiciário

para poder receber o resto das informações.

A melhor alternativa, na avaliação de Dutra, seria a aprovação do projeto original, concebido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) em 1995. O texto acolheu, inclusive, proposta de autoria do senador sergipano que visava flexibilizar o sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas que apresentassem uma movimentação financeira mensal superior a R\$ 15 mil. Dutra tem a esperança de que, caso seja aprovado o substitutivo na Câmara, o Senado restabeleça a proposta original.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou ser favorável à concepção original do projeto. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que, se a Câmara aprovar o substitutivo do deputado Nei Lopes, o Senado, com certeza, “corrigirá” os eventuais erros. Também favorável ao texto original do Senado, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) salientou que a sonegação “é uma injustiça flagrante que produz a indignação nacional”.



Rocha afirma que estratégia do governador é levar o estado ao caos institucional

Rocha responsabiliza Capiberibe por crise institucional no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) responsabilizou o governador João Alberto Capiberibe pela crise institucional que atinge o Amapá, devido ao confronto entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. “Parece que a estratégia do governador Capiberibe, infelizmente, é levar o estado para o caos institucional”, acusou.

Fazendo uma retrospectiva dos problemas vividos pelo Amapá, Sebastião Rocha lembrou que há alguns dias a Assembleia Legislativa votou e aprovou um pedido de intervenção no estado. Ainda segundo o senador, nesta semana o Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, abrir processo que poderá resultar em pedido ao Supremo Tribunal Federal de intervenção no governo do Amapá.

Na quinta-feira da semana passada, narrou Sebastião Rocha, o governador mandou retirar da penitenciária o diretor da Imprensa Oficial, que estava preso por determinação de uma juíza. “Ele foi preso por se negar a publicar atos do Legislativo no *Diário Oficial* do Amapá. Capiberibe mandou soltar seu auxiliar e comunicou à juíza que ele ficaria sob sua custódia”, explicou.

Sebastião Rocha contou que, ao tomar conhecimento de que o diretor da Imprensa Oficial tinha sido retirado da cadeia, a juíza determinou a prisão do diretor do complexo penitenciário. Segundo o senador, Capiberibe mandou a Polícia Militar invadir o Fórum de Macapá para retirar o preso.

— Felizmente algo mais grave deixou de acontecer. Acionada a

Polícia Federal, quase que acontece um grande conflito que poderia ter resultado em alguma morte se as duas polícias partissem para um confronto direto — disse Sebastião Rocha.

O senador afirmou que o governador, em discursos e pronunciamentos, vem tentando associar a Justiça do estado ao narcotráfico. “O que não é verdade”, afirmou. Ele também descartou qualquer possibilidade de convivência entre o tribunal, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas no sentido de tentar desestabilizar o governo.

Tebet comemora união do PMDB em torno da candidatura de Simon

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comemorou ontem a união do PMDB em torno da pré-candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República. Essa união, afirmou, foi percebida durante festa do partido em Joinville para o lançamento da pré-candidatura. “Saí fortalecido nas minhas convicções porque vi a força e a pujança do PMDB, vi como o partido se une quando defende uma boa causa”, disse o senador.

Com quase 1.300 prefeitos e a maioria dos vereadores eleitos em todo o país nas últimas eleições municipais, o PMDB, na avaliação de Tebet, não tem motivo para não apresentar candidato próprio à Presidência da República. Ele acrescentou que não vê ninguém mais preparado para isso do que Pedro Simon.

Para Tebet, o PMDB está renascendo e Simon evoca o “velho MDB” e as suas lutas democráticas, que eram capitaneadas por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Teotônio Vilela. O senador também destacou a festa feita pelo



Ramez Tebet: PMDB está renascendo e Simon evoca o “velho MDB” e suas lutas democráticas

PMDB de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, onde o entusiasmo e a união em torno de Pedro Simon se repetiram.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que o partido regozija-se em todo o país com a pré-candidatura de Simon e que, em Mato Grosso, ela está crescendo. Bezerra comparou a caminhada de Simon em direção à Presidência da República com a de Getúlio Vargas. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que o Amazonas também está solidário a Simon e que o PMDB preencheu um vazio ao escolhê-lo.

Cândido divulga apoio do PT a relator da CPI do Narcotráfico em Minas

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) divulgou ontem nota do Diretório Nacional do PT em apoio ao deputado estadual Rogério Correia (PT-MG), relator da CPI do Narcotráfico na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Geraldo Cândido, no último dia 30, o deputado foi vítima de uma armação, quando teve seu assessor envolvido em um flagrante de porte de cocaína.

O senador informou que investigações da Polícia Federal levaram à constatação de que a farsa foi montada pelos envolvidos no narcotráfico e por setores da Polícia Civil, com o objetivo de desmoralizar a CPI. Na nota, a direção do PT acrescenta que um informante da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia Civil de Minas Gerais, que já se encontra foragido, preparou o flagrante. Segundo a moção de solidariedade lida pelo senador em plenário, policiais investigados já haviam feito ameaças aos membros da



Geraldo Cândido garante que trabalho da CPI incomoda os que se beneficiam do crime organizado

CPI. “Não há quaisquer dúvidas de que os trabalhos da CPI estão incomodando os que se locupletam com os resultados do crime organizado”, concluiu a nota.

O senador Geraldo Cândido considerou um absurdo tentar envolver um deputado que faz um trabalho correto contra o narcotráfico e se solidarizou com Rogério Correia e a CPI do Narcotráfico de Minas Gerais.

CAE aprova antecipação de "royalties" para estados

O projeto dos senadores capixabas Ricardo Santos e Gerson Camata permite que os recursos sejam usados para abater a dívida junto à União. O Senado já havia aprovado a antecipação para capitalizar os fundos de pensão dos servidores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto de resolução dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) que permite a aplicação dos *royalties* antecipados pelo governo federal a estados, Distrito Federal e municípios no abatimento da dívida com a União. Até agora, por resolução anterior do Senado, os *royalties* antecipados só podiam ser aplicados na capitalização de fundos de pensão de servidores.

O relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), afirmou que poderia ter consolidado as proposi-

ções em uma única proposta, mas optou por mantê-las separadas para preservar a autoria dos senadores Ricardo Santos e Gerson Camata. A matéria altera artigos da Resolução 78 do Senado Federal, que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e municípios.



A proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos altera a Resolução 78 do Senado

Comissão acata projeto que torna gratuita emissão de CPF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de lei que concede gratuidade para a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). O substitutivo ao projeto original apresentado pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), foi aprovado em caráter terminativo na CAE, ou seja, o projeto segue diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para sua votação em plenário.

O substitutivo altera o projeto, do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que concedia a gratuidade apenas para desempregados e cidadãos de baixa renda. Também acrescenta a provisão de meios necessários para a administração do CPF na proposta orçamentária da Secretaria de Receita Federal. O texto de Jefferson Péres também concede gratuidade para alterar dados cadastrais, emitir segunda via do cartão de inscrição no CPF e para cancelar e restabelecer a inscrição.

Em seu relatório, o senador argumenta que a exigência do CPF, antes restrita a atividades como manutenção de conta bancária, declaração do Imposto de Renda e a posse de bens imóveis e veículos automotores, agora é feita em atividades corriqueiras, como a matrícula de filhos nas escolas, a admissão no emprego e acesso a serviços de saúde pública e assistência social.

De acordo com dados da Receita Federal citados pelo relatório, são emitidos por mês 500 mil cartões de CPF, dos quais 200 mil já são processados gratuitamente pelo próprio órgão. O projeto beneficia os contribuintes que se utilizam dos órgãos conveniados – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – e pagam uma taxa de R\$ 4,50.

Suspensão de dívida de Pernambuco e Alagoas será votada

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), convocou reunião extraordinária da comissão para hoje, após a Ordem do Dia, para apreciar a suspensão, por um ano, do pagamento dos juros da dívida de Alagoas e Pernambuco com a União. Na manhã de ontem, Suassuna reti-



Freire propôs a suspensão do pagamento da dívida de Pernambuco e Alagoas

rou a matéria da pauta para esperar o resultado da reunião entre o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e os senadores Teotônio Vilela (PSDB-AL) e Roberto Freire (PPS-PE), realizada à tarde.

A proposta, apresentada por Roberto Freire, tem voto favorável do relator, José Eduardo Dutra (PT-SE). O seu objetivo é permitir que

os dois estados se recuperem dos danos provocados pelas chuvas deste ano.

Na sessão de ontem, José Fogaça (PMDB-RS) pediu o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas o presidente da CAE lembrou que a discussão sobre o assunto foi encerrada na reunião anterior da CAE. Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que todos os senadores que acompanharam a visita da Comissão Temporária a Pernambuco e Alagoas poderiam acompanhar a audiência com Malan.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), informou que Malan encomendou estu-

do para atender os compromissos assumidos pelo presidente Fernando Henrique em sua visita aos dois estados. Segundo ele, vários dos compromissos já foram atendidos.

A pauta da CAE para hoje inclui também dois pedidos de autorização para operações de crédito externo. O primeiro, para aquisição de bens e serviços junto à Marubeni Corporation, para as universidades federais. O segundo, no valor de US\$ 69,6 milhões, para financiar projeto educacional da Bahia.

POLÍTICA COMERCIAL

Na reunião da CAE, Suassuna ressaltou a participação da comissão nas negociações envolvendo a balança comercial com o Irã. Ele informou que o Irã compra cerca de US\$ 700 milhões por ano do Brasil, enquanto a contrapartida é quase nenhuma. O Irã tinha dado ultima-

to para que a balança se equilibrasse em seis meses e indicou como embaixador em Brasília seu ex-ministro do petróleo. O equilíbrio, disse ele, será alcançado.

Suassuna também destacou a atuação da CAE na intensificação do comércio brasileiro com a Líbia, país que será visitado em breve por uma comissão de parlamentares. Ele informou que a Petrobras deve voltar a comprar petróleo da Líbia.

Mencionou ainda a assinatura de um contrato de venda de US\$ 500 milhões em telefonia pela Ericsson ao governo da Ucrânia. O contrato dependia da efetivação de seguro, firmado com um consórcio de bancos ucranianos. Suassuna destacou que a Ucrânia é um país novo, com 60 milhões de habitantes, muitas riquezas naturais e boa tecnologia em algumas áreas.

Arquivado relatório do BC sobre troca de títulos da dívida externa

Com base em parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu arquivar o relatório do Banco Central (BC) que dá ciência ao Senado da operação de troca de títulos de dívida externa do tipo *Brady* por outros do tipo Global.

No total, foi emitido US\$ 1 bilhão em novos títulos na operação. Segundo o relatório do BC, a emissão desses papéis, somada à compra dos títulos *Brady*, resultou em uma economia de US\$ 8,2 milhões, com redução de US\$ 27,8 milhões no estoque da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

No que diz respeito ao alonga-

mento do perfil da dívida, o relatório aponta para um "alívio de US\$ 190,8 milhões nos próximos cinco anos". "A extensão da vida média da dívida passou de quatro para sete anos", informou Fogaça.

A operação já foi autorizada anteriormente pelo Senado, de acordo com as normas da Resolução nº 69 de 1996, que "autoriza a União a realizar operações de recompra e de reestruturação dos títulos da dívida externa brasileira, contemplando a aquisição dos títulos, com deságio, no mercado secundário, a emissão de novos títulos para substituir os antigos ou outras modalidades de operações, com o objetivo de reduzir o estoque ou os encargos da dívida, alongar os

prazos de pagamento ou ajustar o perfil do endividamento externo do setor público nacional".

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) acredita ser difícil fazer um juízo sobre as vantagens da operação. Ele sugeriu que o Senado deveria fazer um exame mais detalhado para avaliar as vantagens da troca dos títulos *Brady* para a economia. "Assim, numa análise superficial, a vantagem não fica clara", afirmou Saturnino, ao destacar que, entre os títulos trocados, havia alguns cujo vencimento



Requião pediu vista do processo relativo à outra operação de troca de papéis

se daria em mais de dez anos, com taxa de juros de 6,5%. Enquanto isso, os novos títulos pagarão juros de 11,25% ao ano, observou.

Na mesma reunião, Fogaça também apresentou relatório acerca de informações prestadas pelo BC sobre a troca de títulos

Brady e emissão de US\$ 5,16 bilhões em títulos do tipo Global. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu vista do processo, o que adia a votação sobre o arquivamento da matéria para a próxima semana.



Heloisa Helena:
"Todos os estados
devem ter
tratamento
igualitário"

Comissão quer informações sobre recursos para hospitais

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) pediu vista do relatório do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) sobre o pedido de autorização para contratação de empréstimo, junto à Marubeni Corporation, no valor de 280,3 milhões de ienes (aproximadamente R\$ 5 milhões), para financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

De acordo com o governo, os recursos serão usados para comprar 15% dos equipamentos de origem japonesa, fornecidos pela Marubeni Corporation. O restante do valor do projeto será financiado por outra operação, de 1,8 bilhão de ienes. O programa, a ser gerenciado pelo Ministério da Educação, prevê ainda a instalação e o treinamento de técnicos, como forma de apoiar a modernização do ensino de graduação e da extensão universitária.

Heloisa quer que o MEC informe os critérios para utilização e distribuição dos recursos. "Todos os estados devem ter tratamento igualitário", afirmou. Os senadores Ricardo Santos (PSDB-ES), Gerson

Camata (PMDB-ES), Roberto Requião (PMDB-PR), além do relator substituto, senador Edison Lobão (PFL-MA), apoiaram o pedido de Heloisa. "Estamos cansados de tudo ir para o Rio de Janeiro e São Paulo", disse Camata.

Acatando sugestão de Requião, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), solicitou que o MEC envie as informações ao Senado com presteza, para que a comissão possa voltar a analisar o pedido de crédito em sua próxima reunião.

Roberto Requião também pediu vista do projeto de decreto legislativo que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (GEF). A participação do Brasil deverá contar com a contribuição inicial de US\$ 4 milhões em Direitos Especiais de Saque. Em troca, o país terá direito a participar do Conselho do Fundo.

De acordo com Requião, o projeto não trouxe o texto original da criação do fundo nem o texto que possibilitou sua reestruturação. O presidente da CAE aceitou o pedido de vista e mandou distribuir cópias dos textos originais para os integrantes da comissão.

CAE aprova opção de empresas de publicidade pelo Simples

Apreciado em caráter terminativo, projeto seguirá para a Câmara, a menos que haja requerimento para exame em Plenário

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que permite às empresas dedicadas à operação de publicidade e propaganda a utilização do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), recomendou a aprovação da matéria. O projeto seguirá diretamente para a Câmara, a menos que haja requerimento de um décimo dos senadores para exame em plenário.

— A vedação pressupõe que a propaganda e a publicidade sejam atividades supérfluas, mas, atualmente, são encaradas como atividades essenciais para as empresas. O fomento das pequenas agências é fundamental para que possam garantir a permanência no mercado das empresas nacionais que contribuem para o enfrentamento da concorrência das grandes empresas, muitas delas de capital estrangeiro — afirmou o relator.

Dutra e Osmar Dias rejeitaram a inclusão no projeto de emenda do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que pretendia que empresas prestadoras de serviços de assistência à saúde pública pudessem optar pelo Simples.



Lúcio Alcântara pediu vista do relatório favorável ao projeto de Osmar Dias

A pedido dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), concedeu vista do relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável ao projeto de lei de Osmar Dias que pretende dar maior credibilidade à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O projeto proíbe que a LDO seja modificada para permitir alteração na legislação tributá-

ria e elevação de despesas públicas ou para substituição de indicadores usados na elaboração do Orçamento da União.

Osmar Dias disse que, para fazer tal proposta, baseou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe novos dispositivos para fortalecer a LDO, cuja missão é funcionar como elo entre os processos de planejamento e orçamento, como o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei Orçamentária.

Apesar de se considerar "um xiita em matéria de austeridade fiscal", Jefferson disse recear que a proposta enrijeça demais a LDO. Para ele, alterar a participação dos poderes nos recursos orçamentários, o que é proibido pela proposta de Osmar, pode ser aconselhável, desde que sejam respeitados os tetos definidos para cada um dos poderes.

Favorável ao pedido de vista, o autor da matéria revelou preocupação do Ministério da Fazenda e sugeriu que o projeto seja alvo de discussão para dar maior consistência à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pedida vista de projeto de incentivo à cultura do caju

Na reunião da CAE, o senador Osmar Dias pediu vista de projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que autoriza o governo federal a criar o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), que pretende estimular a produção de castanha de caju, cultura importante para os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba. Segundo a proposta, o fundo poderá receber, entre outras fontes, recursos do Orçamento da União.

Pelo projeto, o governo deve desenvolver um programa para desenvolvimento da cajucultura, com linha de crédito especial destinada exclusivamente aos produtores e cooperativas desse agronegócio. Lúcio Alcântara destacou que o Brasil é o segundo maior produtor mundial de castanha de caju, mas a produção está estagnada, apesar de o país dominar a tecnologia do cajueiro ano a ano precoce.



Luiz Pontes quer criação de fundo para estimular a cultura do caju

Jefferson Péres (PDT-AM) e Roberto Requião (PMDB-PR) levantaram dúvidas quanto à proposta. "Se esse fundo for aprovado, outros estados vão pedir a criação de fundos para apoiar suas culturas agrícolas; a proposta deve ser melhor analisada", ponderou Osmar Dias.

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

A partir de 12 dezembro Assista à TV Senado no canal UHF

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena parabólica com sinal analógico na frequência de 4130 MHz via BRASILSAT B1

A TV Senado continua disponível também nas operadoras de TV por assinatura do país (Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

TV SENADO
Você se criou de política nacional

Senadores querem debater plano de educação

Votação do projeto é adiada por pedido de vista coletiva e Emilia Fernandes sugere a realização de audiências públicas para discutir a proposta que amplia para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório

Um pedido de vista coletivo, encabeçado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), provocou o adiamento, pela Comissão de Educação, da votação do projeto do Executivo que institui o Plano Nacional de Educação (PNE). A matéria entra em pauta na próxima terça-feira e, caso venha a ser aprovada, segue para exame do Plenário do Senado antes do início do recesso.

O novo plano educacional estabelece diretrizes, objetivos e metas para a educação infantil e ensinos médio e superior, além da valorização do magistério. Os principais objetivos são a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis. O PNE chega a ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório.

O relator do projeto, senador José Jorge (PFL-PE), favorável à aprovação da matéria, ressaltou que os objetivos do PNE "são ambiciosos" e que é preciso vontade política para torná-lo realidade. O pro-



Freitas Neto preside a Comissão de Educação e anuncia que a proposta de instituição do PNE retorna à pauta na próxima terça-feira

grama, afirmou, é um indicativo de como o governo deve encaminhar a questão educacional em todo o país, nos próximos dez anos.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) sugeriu a realização de audiências públicas com autoridades educacionais para discussão do projeto. A proposta da senadora deve ser examinada na próxima terça-feira e, se aprovada, a votação do plano educacional só ocorrerá no ano que vem.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o projeto é bom para o país e lamentou que as autoridades educacionais continuem a drenar grandes recursos para

o ensino superior público, em detrimento de outros setores. Para ele, o país continua a ser elitista no setor educacional, beneficiando uma pequena parcela da população.

O projeto que institui o Plano Nacional de Educação cria padrões de infra-estrutura para o funcionamento adequado de creches e pré-escolas; universaliza o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental dentro de cinco anos; expande o número de escolas do ensino médio, combate a evasão escolar e assegura a efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para todas as universidades.

Aprovado projeto que define escola filantrópica

Na reunião de ontem, a Comissão de Educação aprovou projeto que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos. O relator da matéria, senador José Jorge, apesar de ter dado parecer favorável, lembrou que a Lei de Diretrizes e Base (LDB) tem um artigo específico sobre a matéria

As entidades só receberão recursos públicos, de acordo com o projeto, caso comprovem a finalidade não-lucrativa e, em caso de encerramento de suas atividades, assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional.

Na mesma reunião, a CE, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ainda projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que obriga a TV Senado a transmitir sua programação também na Linguagem Brasileira de Si-

nais (Libras). Foi aprovado ainda requerimento da senadora Emilia Fernandes solicitando ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, informações sobre cortes de verbas do Programa Especial de Treinamento (PET). Esse programa desenvolve projetos de pesquisa e extensão em universidades federais.

Foram aprovados ainda pedidos de concessão para o funcionamento da TV da Fundação José de Paiva Netto, na cidade de São José dos Campos (SP), além das rádios Atalaia (SC); Globo de São Paulo; União da Serra (RS), Fundação Veritas (SP) e Difusora de Garibaldi (RS). Também foram aprovados pareceres para a entrada em funcionamento de rádios comunitárias localizadas em Barra (BA); Morro Redondo (RS); Jardim Santa Ana (AL); Vera Cruz (AM); Monte Dourado da Amazônia (PA) e Colíder (MT).

Rocha: Projeto Alvorada exclui municípios carentes

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que o Projeto Alvorada, criado pelo governo federal para combater a miséria, ainda exclui municípios com carências muito grandes, como, por exemplo, o de Laranjal no Jari, no Amapá, onde três mil famílias moram em palafitas. O senador concedeu entrevista após a sessão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em que o projeto, também conhecido como IDH-14, foi debatido pelos senadores com a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e o representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), José Carlos Libânio.

Vanda Engel informou aos senadores que mais 387 municípios foram inscritos no rol dos beneficiados pelos programas do Projeto Alvorada, que é parte do Plano Plurianual (PPA). Esse acréscimo, observou Rocha, só foi feito depois de a imprensa e parlamentares denunciarem a exclusão de 672 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,500,

patamar utilizado para credenciar as microrregiões (conjuntos de municípios) a integrar o projeto.

Conforme Vanda Engel, os 387 novos participantes têm IDH abaixo de 0,500, embora estejam inseridos em microrregiões com IDH acima desse nível. Para calcular o IDH, os técnicos do Pnud utilizam estatísticas oficiais que refletem aspectos como renda, expectativa de vida e nível educacional, de maneira ponderada. Conforme explicou Libânio, não importa se um país, estado ou município tem renda *per capita* alta, mas, sim, como essa renda é utilizada para proporcionar bem-estar ao maior número de pessoas possível. O representante do Pnud deu como exemplo o Sri-Lanka, que tem IDH calculado em 0,733, embora apresente renda *per capita* semelhante à da Costa do Marfim, cujo IDH é 0,420. Um dos diferenciais do Sri-Lanka é a expectativa de vida de 75 anos, contra 45 na Costa do Marfim. O IDH do Brasil é 0,747.

Para o senador Djalma Bessa (PFL-BA), o ideal é que o Projeto Alvorada privilegie o atendimento a crianças, adolescentes e jovens.

Subcomissão do Cinema Brasileiro poderá tornar-se permanente

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou ontem o relatório final dos trabalhos realizados pela Subcomissão do Cinema Brasileiro, que deverá ser votado na próxima terça-feira. Além da transformação da atual subcomissão em comissão permanente, incorporando sugestão do Terceiro Congresso Brasileiro de Cinema, realizado em junho, em Porto Alegre, o relator propôs alterar o Decreto-Lei nº 8.401, voltado para o fomento da indústria cinematográfica nacional, através da taxação de produtos audiovisuais.

Estudos preliminares indicam que a atualização desse decreto-lei, de forma a cobrir a programação das mídias novas, tais como da TVs por assinatura, o CD-ROM e o DVD, redundaria numa arrecadação da ordem de R\$ 40 milhões a R\$ 60 milhões – informou.

Para o presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), a proposta de taxação “é um bom corolário e sintetiza o trabalho da subcomissão”. Ele lembrou



Francelino Pereira apresentou ontem o relatório sobre os trabalhos da subcomissão

que as emendas ao relatório poderão ser encaminhadas à secretaria da Comissão de Educação até a próxima terça-feira (dia 12).

Durante a exposição do seu relatório, Francelino acrescentou que a Subcomissão do Cinema Brasileiro foi criada em meados do ano passado com a finalidade de inserir o cinema na agenda política brasileira. “Ao apresentar essas propostas e conclusões, espero estar atendendo à expectativa que criamos no início dos trabalhos.” O senador fez um balanço dos trabalhos, destacando a

realização de sete audiências públicas, quando foram ouvidos 24 convidados entre representantes dos segmentos de produção, distribuição, exibição e formação cinematográfica. O governo também esteve presente, com o depoimento do secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Álvaro Moisés.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o relatório apresenta proposições pertinentes, que poderão contribuir para uma grande abertura à indústria cinematográfica brasileira.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – Debate – Senador Júlio Eduardo e o dr. Adilson Oliveira, ginecologista e obstetra, falam sobre o câncer de mama
8h30 – TV Escola – Uma TV Cheia de Histórias – Piriipiri/ PI

9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Conselho de Ética (ao vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Comissão de Assuntos Econômicos
14h30 – Sessão Plenária do Senado Federal (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil

Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Alcântara quer participação da sociedade no combate à Aids

Conscientização sobre os perigos da doença permitirá reduzir os índices de contaminação, ressalta o senador

Ao registrar o Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado em 1º de dezembro, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu uma participação maior da sociedade na luta contra a doença. Apesar dos avanços obtidos em vários países no tratamento dos portadores do vírus HIV, alertou, a redução dos índices de contaminação ainda depende do crescimento do nível de conscientização a respeito do perigo da Aids.

Para o senador, a preocupação com o alastramento da doença está ligada a uma mudança ocorrida no perfil da população afetada. Nos últimos anos, informou Lúcio Alcântara, tem crescido a participação de mulheres e de pessoas de baixa renda entre os atingidos pelo vírus. E os pacientes mais indisciplinados durante o tratamento – e mais propensos a desenvolver vírus resistentes a medicamentos – são os de



Lúcio Alcântara lembrou o aumento do número de mulheres contaminadas pela Aids

menor escolaridade.

– Tal fato reforça a preocupação com a tendência crescente de contaminação entre a população mais carente – afirmou Lúcio Alcântara. O senador lembrou que, apesar de demonstrarem crescente eficácia, as drogas anti-HIV não afastam a possi-

bilidade de morte ou de seqüelas muito graves.

Alcântara recordou que, apesar de ser o país com o maior número de contaminações notificadas na América Latina, o Brasil tem obtido sucesso na redução dos óbitos causados pela Aids. Enquanto 10.500 pessoas morreram por causa da doença em 1995, comparou, 7.700 faleceram no biênio 1998-99. “Esses números não são suficientes para gerar qualquer euforia, mas podem ser considerados como positivos”, avaliou.

A política de prevenção adotada pelo governo federal foi elogiada pelo senador, que citou entre as iniciativas mais importantes a propaganda sobre o uso de preservativos, o apoio a grupos mais vulneráveis ao risco de infecção, como a população indígena e profissionais do sexo, e o esclarecimento de crianças e jovens sobre os riscos de contaminação.

Geraldo Althoff recebe homenagem da Sociedade Brasileira de Pediatria

Com uma placa comemorativa entregue pelo presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Lincoln Marcelo Silveira Freire, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) foi homenageado ontem devido aos serviços prestados como parlamentar. O presidente da entidade explicou que a homenagem abrange um conjunto de ações do senador no meio políti-

co e junto ao governo federal que resultaram em diversos avanços para os profissionais da pediatria e para a saúde das crianças.

– O senador sempre foi uma referência na região dele. A Sociedade Brasileira de Pediatria tem muito orgulho da ação parlamentar de Geraldo Althoff – afirmou o presidente da entidade médica.

Emocionado, Althoff disse que exerceu a pediatria até assumir o mandato no Senado Federal e que a postura exercida na profissão foi mantida no Congresso Nacional. Ele ainda afirmou que, com o apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria, soube aproveitar a passagem pelo Senado para fazer algo em benefício da criança brasileira e da categoria dos pediatras.



O pediatra Lincoln Marcelo Silveira Freire e Geraldo Althoff seguram a placa de homenagem ao senador

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Hartung pede que Senado vote correção das tabelas do Imposto de Renda

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse ontem, em plenário, que o Senado se omite ao não votar o projeto de sua autoria que manda corrigir as tabelas e valores de deduções do Imposto de Renda. No início da manhã, Hartung ainda tinha esperança de que a matéria pudesse ser examinada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas a reunião foi encerrada antes que o projeto, último da pauta, fosse apreciado.

Há seis anos as tabelas e valores-limite para dedução não são corrigidos pela Receita Federal, apesar de a inflação do período ter chegado a 37%. Com isso, aumentou o imposto pago pelos assalariados, e muitos trabalhadores que antes não pagavam o tributo passaram a fazê-lo.

Hartung apelou ao presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para que a matéria seja votada. Recebeu, ainda em plenário, a promessa de que isso será feito. O senador dirigiu-se também aos líderes dos partidos e, em especial, aos membros da comissão, no sentido de que votem o projeto, apresentado há seis meses.

— A equipe econômica está dando um golpe, ao tirar de quem tem menos e não pode reagir — disse o senador do PPS.

Uma reestruturação do Imposto de Renda contaria com o apoio de Hartung, que é favorável a au-



Para Paulo Hartung, “a equipe econômica tira de quem tem menos e não pode reagir”

mentar o número de faixas de tributação, mas ele entende que o governo está usando de uma medida abusiva para manter a arrecadação, uma vez que os grandes sonegadores continuam agindo livremente. O senador disse estranhar que o projeto que cria barreiras à sonegação e à elisão (uso de lacunas da lei para justificar o não-pagamento de imposto) esteja enfrentando dificuldades para ser aprovado.

— O Congresso existe para conter os abusos do Executivo. Não podemos mais prosseguir nessa omissão gravíssima — disse Hartung, que recebeu apoio do senador Roberto Saturnino (PSBRJ). Este classificou a não correção das tabelas do IR como “um verdadeiro furto”.

Autonomia para o BC pode envolver manobra, diz senador

A intenção do governo de promover a autonomia do Banco Central foi criticada ontem em plenário pelo senador Paulo Hartung. Uma maior independência do BC poderia esconder a intenção do Executivo de neutralizar as ações de um eventual presidente da República eleito entre os integrantes da oposição.

Hartung mostrou, durante seu discurso, cópia de uma página do site do Fundo Monetário Internacional (FMI), acessado por intermédio da página do Ministério da Fazenda na Internet. Em análise de responsabilidade da área técnica do FMI, é dito que a política monetária (controle do volume de moeda) com base nas metas de inflação vai

se manter em 2001, e será reforçada pela mudança da lei orgânica do Banco Central.

O senador esclareceu que é favorável à regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, para que o país tenha leis dispostas sobre o papel do BC, a garantia dos depósitos bancários e a fiscalização das instituições financeiras e daquelas pertencentes aos mercados de capitais e de seguros. Ele frisou que proposta de emenda constitucional do senador licenciado (atual ministro da Saúde) José Serra, prevendo a regulamentação segmentada do artigo 192, foi aprovada no Senado, mas tramita lentamente na Câmara.

Suassuna critica leis pouco claras e pede mais respeito ao Judiciário

Senador aponta deficiências nos tribunais, por falta de recursos orçamentários, para que juízes e desembargadores realizem seu trabalho

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o Legislativo precisa se colocar no lugar de quem vai aplicar as leis, declarando-se impressionado com as dificuldades enfrentadas pelo Judiciário para aplicar normas pouco claras. O senador afirmou que, muitas vezes, leis excelentes são modificadas por acordos entre forças políticas opostas e acabam sendo aprovadas com texto final pouco claro.

Suassuna, que participou no fim de semana, em Pernambuco, de seminário promovido pelo Poder Judiciário para discutir a propriedade industrial, afirmou que “as pessoas que aplicam a lei merecem mais respeito”.

O senador também se disse impressionado com a deficiência de estrutura nos tribunais, por falta de recursos orçamentários, para que juízes e desembargadores possam realizar o seu trabalho.

— Nós, do Legislativo, temos responsabilidade nisso; nós fazemos as leis e cortamos recursos do or-



“As pessoas que aplicam a lei merecem mais respeito”, afirma Ney Suassuna

çamento para o Judiciário — disse.

Suassuna também mencionou as dificuldades enfrentadas pelos membros do Judiciário para fazer cobranças de quem sonega impostos, narradas por presidentes dos tribunais federais e procuradores em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador enumerou, entre os problemas do Judiciário, a falta de recursos, carência de servidores e au-

sência de varas no interior. Também lembrou os problemas enfrentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

— É uma missão impossível: são 400 procuradores da Fazenda em todo o país, segundo o procurador-geral da Fazenda Nacional — disse.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a atual situação beneficia o mau pagador.

Cabral saúda aprovação de código de ética para tribunais de contas

Ao comentar ontem a aprovação do código de ética proposto pela Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) saudou a conclusão do documento e parabenizou o presidente da associação e corregedor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Victor Faccioni, um dos principais responsáveis pela criação do código.

Bernardo Cabral salientou a necessidade de que os tribunais de contas não só fiscalizem, mas sejam, também, alvo de maior controle. Ele lembrou o esforço implementado durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 para que os tribunais ganhassem força e atuassem com independência. Pelo código de ética da Atricon, os membros dos tribunais deverão submeter-se à análise e ao julgamento dos próprios colegas. Ele disse que o documento tem sido acolhido



Cabral lamenta a “crise moral” vivida pelo país e elogia o código de ética dos tribunais de contas

com bastante receptividade pelo Tribunal de Contas da União.

De acordo com o senador, uma vez adotado, o código poderá ter seu texto padrão incorporado por tribunais de contas de todo o país, tanto estaduais quanto municipais. Basta, segundo Cabral, que, dependendo do caso, o código seja adaptado aos respectivos regimentos internos dos tribunais. Ele defendeu, ainda, uma ampla divulgação do documento,

em todos os níveis da administração pública.

— Neste contexto em que, no Brasil, a ética e a honestidade começam a ser produtos escassos, aumenta a importância do código de ética da Atricon — afirmou Bernardo Cabral, apontando para a crise moral vivida pelo país, em que os desonestos assumem posições de destaque, e os “homens de conduta séria” são, muitas vezes, vencidos.

Osmar Dias repudia ligações da Copel com empresa acusada de corrupção na Sudam

“A Copel é uma empresa-modelo que não pode se envolver nessa embrulhada da Sudam”, afirma o senador, que acusa o governador do Paraná de destruir patrimônio do estado

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) denunciou a existência de “negócios estranhos” ligando a Companhia Paranaense de Energia (Copel) à Usimar, empresa de componentes automotivos investigada em fraude de R\$ 1,38 bilhão com recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).



Para Osmar, a Copel deve restringir sua atuação ao Paraná

delo que não pode se envolver nessa embrulhada de corrupção da Sudam, várias vezes denunciada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães — enfatizou Osmar Dias.

Na avaliação do senador, a empresa deve restringir seus investimentos à produção e distribuição de energia elétrica no Paraná.

— A Copel é uma empresa-modelo

— A população não pode aceitar

que a Copel esteja metida em projetos da Sudam de indústria alimentícia, de agropecuária e com uma empresa de componentes automotivos, como é o caso da Usimar — afirmou ele.

Osmar acusou o governador paranaense Jaime Lerner de estar destruindo o patrimônio do estado. A Copel, lembrou o senador, está ameaçada de perder 33% de suas ações para o Banco Itaú. Caso o governo do estado não resgate os títulos até 31 de dezembro, as ações passarão para o Banestado, recentemente comprado pelo Itaú.

temente comprado pelo Itaú.

— Os tentáculos da corrupção já estão globalizados — disse o senador Osmar Dias ao se referir à descoberta “desses novos negócios nebulosos da Copel”.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ter recebido a informação de que as relações entre a Copel e a Usimar seriam o fio da meada da corrupção envolvendo a Sudam. “A chave do cofre da Sudam está nas mãos de um cidadão chamado Amaury Silveira”, revelou Requião.

Maguito diz que é “inadmissível” novo aumento dos remédios

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) qualificou, em pronunciamento feito ontem, de “criminoso, injusta e inadmissível” a intenção anunciada dos fabricantes de remédios de reajustarem os preços dos medicamentos a partir de janeiro do próximo ano.

Ele disse não concordar com a alegação dos laboratórios farmacêuticos de que precisam repor a inflação acumulada uma vez que, somente no primeiro trimestre deste ano, os remédios tiveram um aumento de 18,8%, índice três vezes maior do que a inflação esperada para o ano 2000.

Conforme lembrou o senador, o Congresso Nacional acaba de concluir a CPI dos Medicamentos, que constatou a prática abusiva de preços no setor.

Ele acrescentou que, apenas nos dois últimos anos, alguns remédios chegaram a ter reajustes de até 500%, e que, ainda

este mês, as tabelas enviadas às farmácias, apesar do acordo celebrado entre o governo federal e as indústrias, apontam um aumento de até 34% em vários medicamentos.

— É inadmissível essa proposta dos laboratórios de efetuar um novo aumento. Num momento em que o país discute as alegadas dificuldades para fazer com que salário mínimo chegue a ridículos R\$ 180, fazer essa concessão aos milionários laboratórios é fato sobre o qual não pode caber nem discussão — protestou o senador por Goiás.

No mesmo discurso, Maguito Vilela fez um apelo ao Executivo federal e ao governo de Goiás para que dêem mais atenção às péssimas condições em que se encontram as rodovias goianas. Segundo o parlamentar, os agricultores do seu estado estão enfrentando seriíssimas dificuldades para escoar a produção, devido à falta de manutenção das estradas, sobretudo nesta época de chuvas intensas.

Eduardo Suplicy pede garantia de vida para prefeito de Betim

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ao governador do estado de Minas Gerais, Itamar Franco, e ao ministro da Justiça, José Gregori, para garantir a vida do prefeito de Betim, Jésus de Lima, que sofreu atentado no domingo.



Suplicy relatou que o prefeito levou cinco tiros em 1997

feriu vários tiros contra o veículo.

O atentado, no entanto, causou a morte do segurança do prefeito, o soldado da Polícia Militar, Luiz Carlos Cota.

Jésus de Lima, segundo Suplicy, está marcado para morrer em virtude da administração trans-

parente de sua gestão, com participação popular, e a aplicação de programas que visam melhorar as condições de vida da população carente. Suplicy afirmou que o prefeito teve a coragem de pedir à Câmara Municipal que não efetuasse gastos desnecessários.

parente de sua gestão, com participação popular, e a aplicação de programas que visam melhorar as condições de vida da população carente. Suplicy afirmou que o prefeito teve a coragem de pedir à Câmara Municipal que não efetuasse gastos desnecessários.

Senador destaca peça produzida por jovens favelados de São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou os presentes à sessão do Senado para a apresentação da peça *A Queda para o Alto*, no Teatro Oficina, em São Paulo, no próximo sábado, patrocinada pelo autor e diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa.

A peça é de autoria de uma jovem, Sandra Mara Herzer, que foi interna da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e relata suas experiências dolorosas de vida. A peça foi produzida e está sendo interpretada por um grupo de 30 jovens da favela de Heliópolis, na cidade de São Paulo. “Trata-se de um grito de alerta em relação à necessidade premente de tratar as crianças e adolescentes brasileiras com dignidade”, disse Suplicy.

Jucá: obras financiadas pelo órgão em RR estão regulares

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou ontem ao Plenário que recebeu informações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) atestando que os empréstimos feitos entre o órgão e municípios de Roraima “estão dentro da legalidade”.

Ele afirmou que as obras iniciadas naquele estado, com recursos da Sudam, precisam ter continuidade e expressou sua preocupação com a possibilidade de denúncias de irregularidades na Sudam prejudicarem o andamento desses projetos.

Jucá afirmou que os convênios de Roraima têm pareceres jurídicos favoráveis e acrescentou que, em resposta a pedido de informações que fez ao órgão, recebeu inclusive fotografias comprovando a continuidade das obras.

O senador acrescentou que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, vai tomar providências e apurar as denúncias

que vêm sendo feitas sobre possíveis irregularidades na atuação da Sudam. Jucá adiantou que pedirá informações ao ministro sobre a existência de convênios fora dos padrões previstos. Lembrou, ainda, que o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a apuração rigorosa das denúncias.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse não poder especificar se há irregularidades nos convênios feitos entre a Sudam e municípios de Roraima, mas afirmou que há centenas de convênios realizados pelo órgão de maneira incorreta, no período eleitoral, caracterizados como “ajuda na reeleição de prefeitos”.

— O escândalo da Sudam é o maior surgido no Brasil em todos os tempos, envolve bilhões de reais. Se o governo não tomar providências, vai respingar em autoridades que talvez não tenham ligação direta com o assunto — afirmou Antonio Carlos.

Jucá teme que denúncias paralisem projetos da Sudam que “estão dentro da legalidade”



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Eduardo Suplicy e Maguito Vilela